

**TRAJETÓRIAS
FORMATIVAS, INSERÇÃO
PROFISSIONAL E
PERMANÊNCIA
ACADÊMICA: UM ESTUDO
COM EGRESSOS(AS) DA
LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO
EAD/UFSM**

**EDUCATIONAL TRAJECTORIES, PROFESSIONAL INSERTION AND
ACADEMIC PERMANENCE: A STUDY WITH GRADUATES OF THE RURAL
EDUCATION DEGREE PROGRAM EAD/UFSM**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 27/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/779903677](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/779903677)

Liziany Müller¹

Ivanio Folmer²

Mateus Gonçalves Silva²

Caroline Renner Mallmann²

Luciane de Andrades Lemos²

Marcelo Ramos Miltz²

Tatiana Montagner Dalcin Bertoldo²

RESUMO

O artigo analisa as trajetórias formativas, a inserção profissional, as condições de permanência acadêmica e as percepções de egressos(as) da Licenciatura em Educação do Campo na modalidade Educação a Distância da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vinculada ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). A pesquisa foi desenvolvida por meio da aplicação de questionário estruturado junto a 43 egressos(as) do curso, abrangendo diferentes polos de apoio presencial do Rio Grande do Sul, entre eles Agudo, Balneário Pinhal, Cerro Largo, Novo Hamburgo, São Sepé, São Lourenço do Sul, Seberi e Sobradinho. O estudo caracteriza-se como descritivo, de abordagem quali-quantitativa, buscando compreender os percursos acadêmicos, os vínculos profissionais, as condições de acesso e permanência no ensino superior e os impactos da formação na atuação profissional dos(as) participantes. Os resultados evidenciam predominância de mulheres, significativa presença de educadores(as) atuando na educação básica pública e forte continuidade dos percursos formativos em cursos de pós-graduação. Também foram identificados desafios relacionados à precarização dos vínculos profissionais, dificuldades de acesso às políticas públicas e desigualdades territoriais entre campo e cidade. As análises demonstram que a Licenciatura em Educação do Campo EaD/UFSM exerceu importante papel na democratização do acesso à educação superior pública para populações historicamente excluídas dos processos universitários, especialmente sujeitos vinculados às territorialidades rurais e às comunidades do campo. Conclui-se que o fortalecimento das políticas de Educação do Campo e da Educação a Distância pública exige estratégias permanentes de acompanhamento de egressos(as), valorização profissional, permanência acadêmica e ampliação das políticas de inclusão

territorial.

Palavras-chave: Educação do Campo; Educação a Distância; Egressos(as); Formação de Educadores(as); Territorialidade.

ABSTRACT

This article analyzes the educational trajectories, professional insertion, academic permanence conditions, and perceptions of graduates from the Rural Education Degree Program offered through Distance Education at the Federal University of Santa Maria (UFSM), linked to the Open University of Brazil System (UAB). The research was conducted through a structured questionnaire applied to 43 graduates from different support centers in the state of Rio Grande do Sul, including Agudo, Balneário Pinhal, Cerro Largo, Novo Hamburgo, São Sepé, São Lourenço do Sul, Seberi, and Sobradinho. The study is descriptive, with a qualitative and quantitative approach, aiming to understand academic trajectories, professional bonds, access and permanence conditions in higher education, and the impacts of academic training on participants' professional performance. The results reveal a predominance of women, a significant presence of educators working in public basic education, and strong continuity of educational trajectories through postgraduate studies. Challenges related to precarious professional contracts, difficulties in accessing public policies, and territorial inequalities between rural and urban areas were also identified. The analyses demonstrate that the Rural Education Degree Program EaD/UFSM played an important role in democratizing access to public higher education for populations historically excluded from university processes, especially subjects linked to rural territorialities and countryside communities. The study concludes that strengthening Rural Education and public Distance Education policies requires permanent strategies for graduate monitoring,

professional appreciation, academic permanence, and expansion of territorial inclusion policies.

Keywords: Rural Education; Distance Education; Graduates; Teacher Education; Territoriality.

1. INTRODUÇÃO

A expansão da Educação Superior pública brasileira nas últimas décadas esteve profundamente vinculada aos processos de interiorização das universidades federais, às políticas de democratização do acesso e à ampliação das modalidades de Educação a Distância (EaD). Nesse contexto, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) assumiu papel estratégico ao possibilitar o acesso de populações historicamente excluídas dos espaços universitários, especialmente sujeitos residentes em territórios rurais, periferias urbanas e municípios afastados dos grandes centros.

No âmbito da Educação do Campo, a Educação a Distância pública tornou-se importante instrumento de democratização educacional, especialmente para sujeitos vinculados à agricultura familiar, às escolas do campo, aos movimentos sociais rurais e às comunidades historicamente invisibilizadas pelas políticas educacionais brasileiras.

Segundo Molina e Sá (2012), a Educação do Campo constitui-se como projeto político-pedagógico comprometido com os sujeitos do campo, seus territórios, culturas e formas de produção da vida. Nesse sentido, a formação de educadores(as) do campo exige processos formativos territorializados, críticos e articulados às realidades socioculturais das populações rurais.

A Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), ofertada na modalidade EaD em parceria com o

Sistema UAB, integra esse movimento de interiorização e democratização do ensino superior público.

O curso foi estruturado com o objetivo de atender demandas históricas relacionadas à formação de educadores(as) para atuação nas escolas do campo, articulando educação, territorialidade, agroecologia, sustentabilidade e desenvolvimento rural. Além da dimensão pedagógica, a Licenciatura em Educação do Campo EaD/UFSM representa importante política pública de inclusão territorial, possibilitando o ingresso e permanência de sujeitos historicamente afastados dos espaços universitários.

Nesse contexto, compreender as trajetórias dos(as) egressos(as) torna-se fundamental para avaliar os impactos sociais, profissionais e educacionais da formação ofertada. Conforme Nóvoa (2009), a análise das trajetórias profissionais dos(as) educadores(as) permite compreender não apenas percursos individuais, mas também as transformações estruturais presentes nas políticas educacionais contemporâneas.

Além disso, estudos sobre acompanhamento de egressos(as) evidenciam que a permanência acadêmica, a inserção profissional e a continuidade dos percursos formativos constituem importantes indicadores da qualidade social das políticas de educação superior.

Nesse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar as trajetórias formativas, a inserção profissional, as condições de permanência acadêmica e as percepções de egressos(as) da Licenciatura em Educação do Campo EaD/UFSM.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação do Campo consolidou-se nas últimas décadas como importante campo político, epistemológico e pedagógico construído a partir das lutas históricas dos povos do campo em defesa do direito à terra, à educação pública e à permanência nos territórios rurais. Mais do que uma modalidade educacional, a Educação do Campo constitui-se como projeto societário comprometido com a valorização dos sujeitos do campo, de suas territorialidades, culturas, modos de vida e formas de produção da existência. Conforme Roseli Salete Caldart (2012), a Educação do Campo emerge da articulação entre movimentos sociais, universidades públicas, sindicatos, organizações populares e comunidades rurais, configurando-se como prática de resistência frente às desigualdades estruturais produzidas pelo modelo agrário concentrador e pelas políticas historicamente urbanocêntricas da educação brasileira.

Nesse contexto, a Educação do Campo rompe com perspectivas tradicionais que historicamente marginalizaram os saberes rurais e subalternizaram as populações do campo. Segundo Miguel Arroyo (2011), os sujeitos do campo foram historicamente invisibilizados pelas políticas educacionais nacionais, sendo frequentemente compreendidos a partir de uma lógica de atraso, carência ou inadequação frente aos modelos urbanos de desenvolvimento.

Assim, a Educação do Campo propõe uma ruptura epistemológica fundamentada no reconhecimento dos territórios rurais como espaços legítimos de produção de conhecimento, cultura, identidade e sociabilidade.

Ao discutir a formação de educadores(as) do campo, Mônica Castagna Molina e Sá (2012) argumentam que os processos

formativos precisam superar concepções urbanocêntricas historicamente presentes nas licenciaturas brasileiras. Para as autoras, formar educadores(as) do campo implica reconhecer as especificidades socioterritoriais das populações rurais, articulando formação acadêmica, práticas comunitárias, agroecologia, sustentabilidade, territorialidade e justiça social. Nesse sentido, as Licenciaturas em Educação do Campo constituem importantes estratégias de democratização da educação superior pública, especialmente para sujeitos historicamente excluídos dos espaços universitários.

A criação das Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil relaciona-se diretamente às reivindicações dos movimentos sociais do campo e às políticas de expansão e interiorização das universidades públicas federais desenvolvidas a partir dos anos 2000. Conforme Molina (2015), tais cursos representam importante avanço nas políticas de inclusão educacional ao possibilitar acesso universitário para trabalhadores(as) rurais, agricultores(as) familiares, assentados(as), quilombolas, indígenas e populações historicamente afastadas dos grandes centros urbanos.

Paralelamente, a expansão da Educação a Distância (EaD) pública no Brasil precisa ser compreendida no contexto das políticas de democratização e territorialização do ensino superior. A consolidação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado em 2006, representou importante estratégia de ampliação do acesso à educação superior pública em regiões historicamente desassistidas pelas universidades presenciais. Segundo Kátia Morosov Alonso (2010), a EaD pública brasileira assumiu relevante função social ao interiorizar a universidade pública e ampliar oportunidades educacionais para populações periféricas,

trabalhadores(as), sujeitos residentes em áreas rurais e municípios distantes dos grandes centros.

No caso da UAB, os polos de apoio presencial desempenham papel fundamental na territorialização da universidade pública. Mais do que estruturas administrativas ou tecnológicas, os polos configuram-se como espaços de convivência acadêmica, mediação pedagógica, pertencimento institucional e fortalecimento comunitário. Conforme Santos (2008), as desigualdades territoriais brasileiras manifestam-se não apenas na dimensão econômica, mas também no acesso desigual aos direitos sociais, aos equipamentos públicos e aos espaços de produção do conhecimento. Nesse cenário, a EaD pública assume importante papel na redução das desigualdades territoriais de acesso à educação superior.

As discussões sobre permanência acadêmica também ocupam posição central nos estudos sobre democratização universitária. Conforme Alain Coulon (2008), o ingresso no ensino superior não garante, por si só, inclusão educacional efetiva. A permanência universitária depende de múltiplos fatores sociais, econômicos, culturais, subjetivos e institucionais que atravessam a experiência acadêmica dos(as) estudantes. Essa discussão torna-se ainda mais relevante quando se analisam sujeitos vinculados às territorialidades rurais, cujas trajetórias frequentemente envolvem longos deslocamentos, conciliação entre trabalho e estudo, responsabilidades familiares e dificuldades de acesso às tecnologias digitais.

Segundo Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2009), as populações rurais brasileiras historicamente enfrentam desigualdades estruturais relacionadas ao acesso à educação,

infraestrutura, renda, transporte, conectividade e políticas públicas. Muitos(as) estudantes da Educação do Campo conciliam agricultura familiar, trabalho assalariado, cuidado com filhos(as), participação comunitária e atividades acadêmicas simultaneamente. Nesse contexto, a EaD pública torna-se importante estratégia de inclusão territorial ao possibilitar maior flexibilidade espacial e temporal para os percursos formativos.

Outro aspecto relevante refere-se à inserção profissional dos(as) egressos(as) das Licenciaturas em Educação do Campo. As transformações contemporâneas do mundo do trabalho têm produzido intensificação da precarização laboral, especialmente nas áreas educacionais e nos territórios periféricos. Conforme Gaudêncio Frigotto (2010), as reformas educacionais associadas às lógicas neoliberais contribuíram para processos de flexibilização das relações de trabalho, fragmentação dos vínculos empregatícios e intensificação da instabilidade profissional docente.

No caso dos(as) educadores(as) do campo, essas condições frequentemente se agravam devido às desigualdades territoriais, à descontinuidade das políticas públicas e à fragilidade estrutural de muitas escolas rurais. Assim, analisar as trajetórias acadêmicas, os vínculos profissionais, as condições de permanência universitária e as experiências formativas dos(as) egressos(as) da Educação do Campo permite compreender não apenas os impactos da formação superior pública, mas também os limites e potencialidades das políticas de democratização territorial da universidade brasileira.

Além disso, os estudos sobre egressos(as) assumem relevância estratégica na avaliação das políticas educacionais contemporâneas. Conforme António Nóvoa (2009), compreender os percursos

profissionais e acadêmicos dos(as) educadores(as) possibilita analisar as transformações das políticas formativas, os desafios da docência e os processos de constituição das identidades profissionais. Nesse sentido, acompanhar as trajetórias dos(as) egressos(as) da Licenciatura em Educação do Campo EaD/UFSM permite compreender os impactos sociais, territoriais, subjetivos e profissionais produzidos pela interiorização da educação superior pública brasileira.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, exploratória e de abordagem quali-quantitativa. O estudo foi desenvolvido a partir da aplicação de questionário estruturado junto aos(às) egressos(as) da Licenciatura em Educação do Campo EaD/UFSM.

A coleta de dados ocorreu no ano de 2025, abrangendo egressos(as) vinculados(as) a diferentes polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil no Rio Grande do Sul, entre eles Agudo, Balneário Pinhal, Cerro Largo, Novo Hamburgo, São Lourenço do Sul, São Sepé, Seberi e Sobradinho.

Participaram da pesquisa 43 egressos(as) do curso. O instrumento de coleta continha questões abertas e fechadas relacionadas às trajetórias acadêmicas, vínculos profissionais, condições de permanência universitária, experiências formativas, infraestrutura dos polos, atuação profissional e continuidade dos estudos.

Tabela 1: Perfil sociodemográfico dos(as) egressos(as) da Licenciatura em Educação do Campo EaD/UFSM

Variável	Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Gênero	Feminino	34	79,1
	Masculino	9	20,9
Faixa etária	18 a 28 anos	7	16,3
	29 a 38 anos	14	32,6
	39 a 48 anos	12	27,9
	49 a 58 anos	8	18,6
	Acima de 59 anos	2	4,6
Estado civil	Casado(a)	19	44,2
	Solteiro(a)	15	34,9
	Outro	6	14,0
	Separado(a)	3	7,0
Possui filhos(as)	Sim	28	65,1
	Não	15	34,9
Maior escolaridade atual	Especialização completa	18	41,9
	Superior completo	9	20,9
	Doutorado incompleto	5	11,6
	Mestrado completo	4	9,3
	Superior incompleto	3	7,0
	Mestrado incompleto	2	4,6

	Pós-doutorado	1	2,3
	Doutorado completo	1	2,3

Fonte: Os autores, 2026

Os dados apresentados na Tabela 1 evidenciam predominância significativa de mulheres entre os(as) egressos(as), reafirmando tendências históricas relacionadas à feminização da docência e à participação das mulheres nos processos educativos do campo. Observa-se também predominância de sujeitos adultos entre 29 e 48 anos, indicando que parte significativa dos(as) participantes ingressou no ensino superior após trajetórias profissionais e familiares já consolidadas. Além disso, destaca-se elevada continuidade dos percursos formativos, considerando o expressivo número de egressos(as) com especialização, mestrado e doutorado.

Os dados quantitativos foram sistematizados por meio de estatística descritiva simples, utilizando frequências absolutas e relativas.

Já as respostas discursivas foram analisadas qualitativamente a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), buscando identificar recorrências temáticas relacionadas às experiências formativas, permanência acadêmica e inserção profissional.

A interpretação dos resultados ocorreu à luz dos referenciais teóricos da Educação do Campo, da Educação a Distância pública, da formação de educadores(as) e das desigualdades territoriais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam que a Licenciatura em Educação do Campo EaD/UFSM exerceu papel estratégico na democratização territorial do acesso à educação superior pública no Rio Grande do Sul, especialmente para sujeitos historicamente excluídos dos processos universitários presenciais.

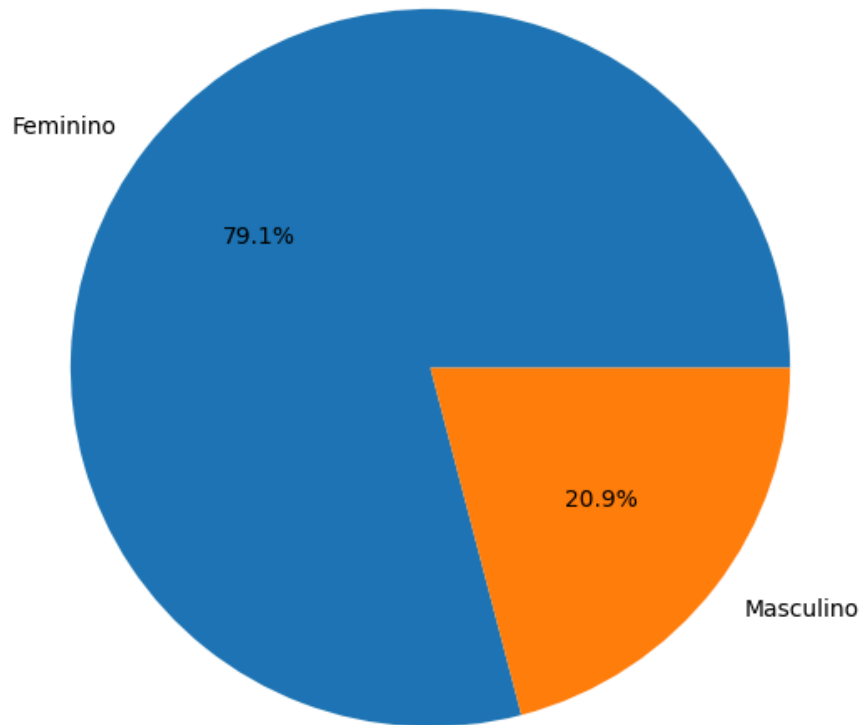
Participaram da investigação 43 egressos(as) vinculados(as) a diferentes polos da Universidade Aberta do Brasil distribuídos no território gaúcho, entre eles Agudo, Balneário Pinhal, Cerro Largo, Novo Hamburgo, São Lourenço do Sul, São Sepé, Seberi e Sobradinho.

A distribuição territorial dos(as) participantes demonstra a abrangência regional da política de interiorização universitária promovida pela UFSM em articulação com o Sistema UAB. Trata-se de municípios marcados por diferentes configurações territoriais, abrangendo regiões de agricultura familiar, territórios periurbanos, comunidades do campo e municípios historicamente afastados dos grandes centros universitários.

Os dados revelam predominância significativa de mulheres entre os(as) egressos(as), correspondendo a aproximadamente 79% dos(as) participantes da pesquisa. Os homens representaram cerca de 21% dos respondentes.

Gráfico 1: Perfil dos Egressos: Quanto ao gênero

Perfil dos Egressos - Genero



Fonte: os autores, 2026.

Essa configuração reafirma tendências históricas relacionadas à feminização da docência e da presença feminina nos cursos de licenciatura. Entretanto, no caso específico da Educação do Campo, a forte presença de mulheres também evidencia o papel central desempenhado pelas mulheres rurais nos processos educativos, comunitários e territoriais.

Segundo Wanderley (2009), as mulheres do campo historicamente assumem funções fundamentais na organização comunitária, na agricultura familiar, na reprodução social e nos processos educativos das comunidades rurais.

Outro aspecto relevante refere-se à faixa etária dos(as) participantes. Os dados demonstram predominância de egressos(as) entre 29 e 48 anos, indicando presença significativa de sujeitos que ingressaram

no ensino superior após trajetórias profissionais, familiares e comunitárias já consolidadas.

Esse dado evidencia que a Licenciatura em Educação do Campo EaD/UFSM possibilitou acesso universitário para sujeitos que dificilmente conseguiriam frequentar cursos presenciais em centros urbanos.

Muitos(as) participantes relataram que a flexibilidade territorial proporcionada pela modalidade EaD foi determinante para a continuidade dos estudos. As narrativas revelam percursos marcados pela conciliação entre trabalho, cuidado familiar, deslocamentos territoriais e atividades acadêmicas.

Diversos(as) egressos(as) afirmaram exercer simultaneamente atividades profissionais, responsabilidades familiares e participação comunitária durante a graduação.

Esse aspecto demonstra que a permanência acadêmica dos(as) estudantes da Educação do Campo ocorre em condições profundamente distintas das experiências universitárias tradicionais.

Conforme Coulon (2008), a permanência universitária depende não apenas do ingresso formal na universidade, mas das condições materiais, sociais e subjetivas que possibilitam continuidade acadêmica.

Ao analisar a inserção profissional dos(as) egressos(as), observou-se predominância de atuação na educação básica pública.

Os dados demonstram forte presença de educadores(as) vinculados(as) às redes municipais e estaduais de ensino,

especialmente em escolas do campo, escolas periféricas e instituições localizadas em territórios rurais.

Também foram identificados(as) egressos(as) atuando em movimentos sociais, projetos de extensão rural, assistência técnica, agricultura familiar, agroindústrias e iniciativas comunitárias.

Essa diversidade de atuação profissional demonstra que a formação em Educação do Campo ultrapassa os limites tradicionais da docência escolar, articulando educação, território, agroecologia e desenvolvimento rural.

Entretanto, os resultados também revelam permanência significativa da precarização profissional. Entre os(as) participantes, 18 afirmaram possuir vínculo efetivo/concursado, enquanto 10 relataram atuação por meio de contratos temporários.

Além disso, parte dos(as) egressos(as) relatou exercer múltiplos vínculos profissionais simultaneamente, combinando contratos temporários, cargos efetivos e atividades complementares.

Esse dado revela que a inserção profissional dos(as) educadores(as) do campo permanece marcada pela instabilidade laboral e pela fragmentação das relações de trabalho.

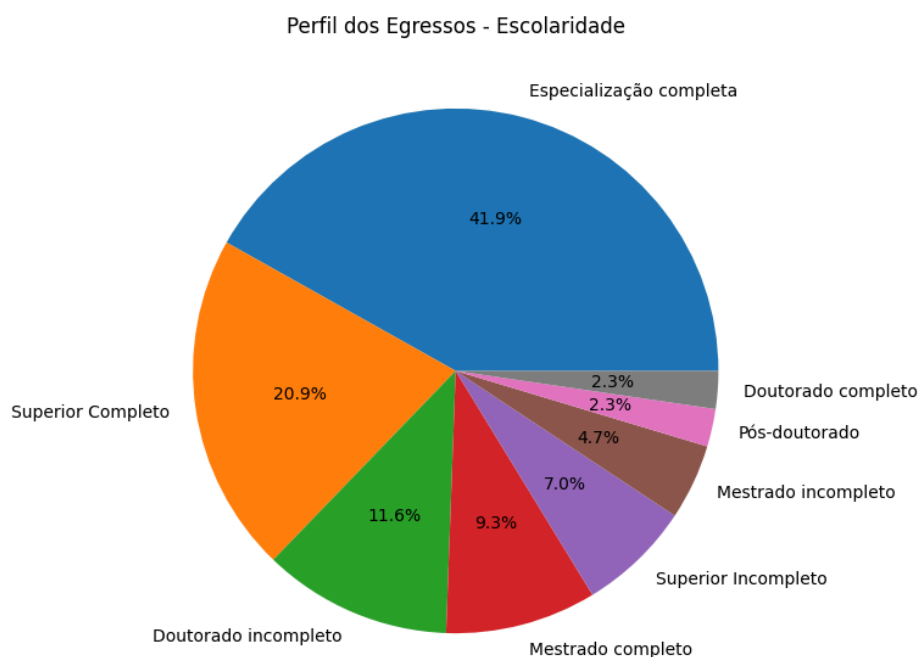
Segundo Frigotto (2010), as reformas educacionais contemporâneas intensificaram processos de flexibilização e precarização do trabalho docente, especialmente em territórios periféricos e rurais.

As respostas qualitativas também evidenciam que a instabilidade profissional produz impactos diretos sobre a continuidade dos processos pedagógicos desenvolvidos nas comunidades do campo.

Diversos(as) participantes relataram dificuldades relacionadas à rotatividade profissional, insegurança trabalhista e ausência de políticas permanentes de valorização dos(as) educadores(as).

Outro aspecto extremamente relevante refere-se à continuidade dos percursos formativos após a graduação. Os resultados demonstram forte presença de egressos(as) vinculados(as) à pós-graduação. Identificou-se significativo número de profissionais com especialização concluída, além de participantes cursando ou concluindo mestrado e doutorado.

Gráfico 2: Perfil do egresso, quanto a escolaridade



Fonte: Os autores, 2026

Esse dado evidencia que a Licenciatura em Educação do Campo EaD/UFSM não produziu apenas formação inicial, mas também fortalecimento das trajetórias acadêmicas e ampliação das possibilidades de continuidade formativa.

As análises demonstram ainda que muitos(as) egressos(as) foram os(as) primeiros(as) integrantes de suas famílias a ingressarem em uma universidade pública federal. Esse aspecto possui enorme relevância social e territorial.

A interiorização universitária promovida pela EaD pública permitiu acesso ao ensino superior para sujeitos historicamente excluídos dos espaços universitários, especialmente moradores(as) de territórios rurais e municípios afastados dos grandes centros.

Conforme Santos (2008), as desigualdades territoriais brasileiras não se restringem à distribuição econômica, envolvendo também acesso desigual aos direitos sociais, às políticas públicas e aos espaços de produção do conhecimento.

Nesse sentido, a Educação a Distância Pública assume papel estratégico na democratização territorial da universidade brasileira. Outro aspecto fortemente presente nas narrativas dos(as) participantes refere-se ao papel dos polos presenciais da UAB. Os(as) egressos(as) destacaram os pólos como importantes espaços de acolhimento acadêmico, convivência coletiva, fortalecimento subjetivo e permanência universitária.

As análises revelam que os polos ultrapassaram a função administrativa ou tecnológica, constituindo espaços fundamentais de construção de pertencimento universitário.

Muitos(as) participantes destacaram que as experiências coletivas vivenciadas nos polos contribuíram significativamente para evitar processos de evasão. Ao analisar as dificuldades enfrentadas ao longo da graduação, destacam-se problemas relacionados à conectividade digital, limitações financeiras, deslocamentos

territoriais, sobrecarga de trabalho e conciliação entre estudo, trabalho e cuidado familiar.

As dificuldades de acesso à internet apareceram de forma recorrente nas respostas dos(as) participantes residentes em áreas rurais. Esse aspecto evidencia permanência das desigualdades digitais entre campo e cidade.

Além disso, muitos(as) egressos(as) relataram que precisavam deslocar-se até os polos presenciais para acessar computadores e internet de melhor qualidade. Outro elemento extremamente significativo refere-se às transformações subjetivas produzidas pela experiência universitária.

Diversos(as) participantes relataram sentimentos relacionados à valorização pessoal, fortalecimento da autoestima acadêmica, ampliação da participação comunitária e reconhecimento profissional. Nesse sentido, a formação universitária ultrapassou a dimensão certificadora, constituindo processo de transformação social e subjetiva.

As respostas qualitativas também evidenciam forte identificação dos(as) egressos(as) com os princípios da Educação do Campo. Muitos(as) participantes destacaram que a graduação possibilitou maior compreensão crítica das desigualdades territoriais, das realidades rurais e das especificidades das populações do campo.

A agroecologia, a sustentabilidade, a valorização dos saberes populares e a defesa da escola do campo apareceram de forma recorrente nas narrativas.

Esses elementos demonstram que a formação ofertada pela UFSM contribuiu para fortalecimento de identidades profissionais comprometidas com os sujeitos do campo e suas territorialidades.

Outro dado extremamente relevante refere-se à avaliação positiva do curso.

Todos(as) os(as) participantes afirmaram recomendar a Licenciatura em Educação do Campo EaD/UFSM para outras pessoas. Esse resultado evidencia reconhecimento social da qualidade da formação ofertada e forte vínculo afetivo construído pelos(as) egressos(as) com o curso.

Ao analisar os resultados de forma mais ampla, observa-se que a experiência investigada demonstra a importância estratégica das políticas públicas de Educação do Campo e da Educação a Distância pública para democratização territorial da universidade brasileira.

A Licenciatura em Educação do Campo EaD/UFSM constituiu importante experiência de interiorização universitária, inclusão territorial e fortalecimento das populações historicamente afastadas dos espaços universitários.

Além disso, os resultados evidenciam que as políticas de Educação do Campo não podem ser analisadas apenas sob a dimensão pedagógica.

Tratam-se também de políticas territoriais, sociais e democráticas comprometidas com redução das desigualdades regionais e fortalecimento das comunidades do campo.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa permitiu compreender importantes aspectos relacionados às trajetórias acadêmicas, às condições de permanência universitária e à inserção profissional dos(as) egressos(as) da Licenciatura em Educação do Campo EaD/UFSM. Os resultados evidenciam que a formação ofertada exerceu importante papel na democratização do acesso à educação superior pública para sujeitos historicamente excluídos dos espaços universitários, especialmente moradores(as) de territórios rurais, municípios interiorizados e comunidades historicamente afastadas das universidades presenciais.

Os dados analisados demonstram predominância significativa de mulheres entre os(as) egressos(as), reafirmando tendências históricas relacionadas à feminização da docência e ao protagonismo feminino nos processos educativos e comunitários do campo. Observou-se também forte presença de estudantes adultos(as), muitos(as) deles(as) já inseridos(as) em atividades profissionais, familiares e comunitárias durante a realização da graduação. Esse aspecto evidencia que a Educação a Distância pública possibilitou acesso universitário para sujeitos que dificilmente conseguiriam frequentar cursos presenciais em grandes centros urbanos, especialmente devido às dificuldades de deslocamento, trabalho e permanência econômica.

As análises revelam ainda que a permanência acadêmica esteve profundamente relacionada à flexibilidade territorial proporcionada pela modalidade EaD e à atuação dos polos presenciais da Universidade Aberta do Brasil como espaços de acolhimento, convivência acadêmica e fortalecimento subjetivo. Os relatos dos(as) participantes demonstram que os polos ultrapassaram funções meramente administrativas ou tecnológicas, constituindo-se como

importantes espaços de pertencimento universitário e suporte coletivo ao longo dos percursos formativos.

Outro elemento de destaque refere-se à significativa continuidade dos percursos acadêmicos após a graduação. Os dados evidenciam expressivo número de egressos(as) vinculados(as) à pós-graduação, incluindo especializações, mestrados e doutorados, demonstrando que a Licenciatura em Educação do Campo EaD/UFSM contribuiu não apenas para formação inicial docente, mas também para ampliação das possibilidades de continuidade acadêmica e inserção em espaços de produção científica e profissional. Em muitos casos, os(as) participantes foram os(as) primeiros(as) integrantes de suas famílias a ingressarem em uma universidade pública federal, aspecto que revela o impacto intergeracional das políticas de democratização educacional.

No que se refere à inserção profissional, os resultados demonstram predominância de atuação na educação básica pública, especialmente em escolas do campo, escolas periféricas e instituições localizadas em municípios interiorizados. Também foram identificados(as) egressos(as) atuando em movimentos sociais, agricultura familiar, extensão rural, agroecologia e iniciativas comunitárias, evidenciando que a formação em Educação do Campo ultrapassa os limites tradicionais da docência escolar e articula educação, território, sustentabilidade e desenvolvimento rural.

Entretanto, apesar dos avanços observados, os dados também evidenciam permanência de desigualdades estruturais relacionadas à precarização dos vínculos profissionais, às dificuldades territoriais e às limitações de acesso às políticas públicas. Parte significativa

dos(as) egressos(as) relatou experiências marcadas por contratos temporários, múltiplos vínculos empregatícios, instabilidade profissional e dificuldades relacionadas ao acesso à internet e à infraestrutura tecnológica, sobretudo em áreas rurais. Esses elementos demonstram que a democratização do acesso à educação superior não elimina automaticamente as desigualdades territoriais historicamente presentes no campo brasileiro.

As análises qualitativas também evidenciaram importantes transformações subjetivas produzidas pela experiência universitária. Muitos(as) participantes relataram fortalecimento da autoestima acadêmica, valorização profissional, ampliação da participação comunitária e maior compreensão crítica das desigualdades territoriais e sociais presentes nas realidades rurais. A agroecologia, a valorização dos saberes populares, a defesa da escola do campo e o compromisso com as comunidades rurais apareceram de forma recorrente nas narrativas dos(as) egressos(as), demonstrando fortalecimento de identidades profissionais comprometidas com os sujeitos do campo e suas territorialidades.

Nesse contexto, fortalecer as políticas de Educação do Campo e da Educação a Distância pública exige estratégias permanentes de acompanhamento de egressos(as), valorização profissional, ampliação das políticas de permanência acadêmica e fortalecimento das ações de inclusão territorial. Também se torna fundamental ampliar investimentos em infraestrutura digital, políticas de conectividade e apoio institucional aos polos presenciais, reconhecendo sua importância na consolidação da universidade pública em territórios interiorizados.

Compreendemos que a Licenciatura em Educação do Campo EaD/UFSM constituiu importante experiência de interiorização universitária, democratização educacional e fortalecimento das territorialidades rurais. Mais do que promover certificação acadêmica, a formação ofertada contribuiu para ampliação das possibilidades de mobilidade social, fortalecimento identitário, continuidade dos percursos formativos e constituição de educadores(as) comprometidos(as) com as realidades socioterritoriais do campo brasileiro.

Assim, os resultados evidenciam que as políticas públicas de Educação do Campo e de Educação a Distância Pública possuem relevância estratégica na construção de uma universidade socialmente referenciada, territorialmente inclusiva e comprometida com redução das desigualdades educacionais e regionais do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Kátia Morosov. A expansão da educação superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, 2010.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

CALDART, Roseli Salete. *Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

COULON, Alain. *A condição de estudante*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 2010.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Licenciaturas em Educação do Campo e formação de educadores. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NÓVOA, António. Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como espaço de vida. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

¹ Professoras Doutoradas da Universidade Federal de Santa Maria –RS.
E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Pesquisadores do Grupo de Pesquisa Girassol – CCR/UFSM. E-mail:
[acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)